

Bracher quer país pedindo novo crédito

São Paulo — O vice-presidente executivo do Bradesco, Fernão Carlos Botelho Bracher, colocou em dúvida, ontem, o êxito da meta do Governo de não tomar dinheiro novo ("fresh money") para saldar os compromissos da dívida externa no próximo ano, objetivo que, na sua opinião, só poderá ser alcançado se o país fechar o exercício de 1984 com 10 bilhões de dólares em reservas cambiais. A outra hipótese seria uma nova compressão das importações, a qual, no entanto, "não é politicamente recomendável".

Bracher qualificou de "irresponsável" a atitude das autoridades econômicas brasileiras de desprezar mais dinheiro novo, observando que ninguém sabe realmente qual é o total das reservas. "Pelo menos os banqueiros gostariam de saber", acrescentou, afirmando que, pelos padrões clássicos, o Brasil deveria ter reservas equivalentes a três meses de importações. Conforme seus cálculos, isso significa 4 bilhões 250 milhões de dólares, no mínimo, para evitar "novos erros de previsão cometidos pelo Governo em duas oportunidades, no passado recente".

Dificuldades

Falando a diretores de bancos estrangeiros e diretores de área externa de bancos brasileiros, num encontro promovido pelo Forex Clube, Fernando Bracher lembrou que, em 1981, o Governo previu que exportações chegassem a 24 bilhões de dólares, mas só alcançaram 23 bilhões. Em 1982, a previsão era de 27 bilhões, mas o país só exportou 20 bilhões de dólares. Para contornar o problema, o Governo conteve as importações, "prática que se tornará inviável em 1985, pela inexistência de condições políticas internacionais".

Dessa forma, o vice-presidente do Bradesco considera que o país não terá outra saída se não tomar novas parcelas de **fresh money**, expressão que ele prefere usar para definir dinheiro novo, substituindo **new money**, a qual os banqueiros internacionais utilizam quando se referem aos métodos de conseguir dinheiro novo.

Segundo Bracher, devido a tais perspectivas, o Brasil dificilmente conseguirá seguir o caminho do México, em sua próxima rodada de negociação da dívida externa, que começa em novembro, de obter prazos mais dilatados de pagamento. Além disso, a renegociação plurianual se tornará difícil, também, pelo fato de que as exportações brasileiras, em 1985, não encontrarão um ambiente internacional tão favorável como foi o deste ano, porque "certamente a economia norte-americana se tornará menos aberta".

Para o vice-presidente do Banco de Boston, Friedrich Wagner, na próxima rodada de negociação, os banqueiros internacionais estarão propensos "mais a ouvir do que a tomar decisões de caráter definitivo, pois todos sabem que o atual Governo brasileiro está no fim". Segundo ele, os credores do Brasil não estão preocupados se o país será dirigido, a partir de 15 de março, por Tancredo Neves ou Paulo Maluf.

— O que nos preocupa são as equipes econômicas que o candidato eleito, seja ele quem for, vai escolher — explicou Friedrich. Os banqueiros internacionais, segundo ele, vão querer saber que atitudes a futura equipe econômica tomará a respeito da dívida externa, "mas desde já não acredita em alterações profundas". De qualquer forma, como Fernão Bracher, o vice-presidente do Banco de Boston acha que o Brasil não terá no próximo ano as mesmas facilidades para fechar sua balança comercial com um saldo tão elevado como o de 1984.

Para o diretor do Digibanco, Renato Alves Rabello, há pelo menos um fator favorável para o país no próximo ano, pois a partir de janeiro o sistema de automação que está sendo instalado pelo Banco Central deverá agilizar as operações internacionais. "Assim, vamos poder ter um caixa menor, aumentando somente em caso de necessidade, fato que nos será transmitido imediatamente, diminuindo a possibilidade de problemas mais sérios", explicou.